



73

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

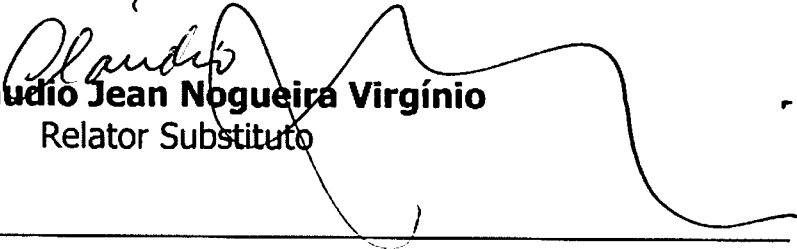
HABEAS CORPUS Nº 333970-4 (0004481-18.2014.8.17.0000)**COMARCA:****OLINDA****VARA:****1ª VARA CRIMINAL****IMPETRANTE:****ISRAEL LUIZ DE SOUZA SOBRINHO****PACIENTE:****MICHAEL DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS****ÓRGÃO JULGADOR:****SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL****RELATOR:****DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA****RELATOR SUBSTITUTO:****DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO****PROCURADORA:****JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA**

EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO (ARTIGO 157, §2º, INCISOS I, II E V, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE EM RAZÃO DA DEMORA PARA CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. NÃO VISLUMBRADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PREVENTIVO. NÃO EVIDENCIADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, E GARANTIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.. ORDEM DENEGADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº **333970-4**, em que figura como paciente Michael Douglas Rodrigues dos Santos e autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda - PE, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de *28/05/2014*, à **unanimidade de votos**, em **denegar a ordem**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, *28* de *05* de 2014.


Des. **Cláudio Jean Nogueira Virgínio**
Relator Substituto



74

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE - CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 333970-4 (0004481-18.2014.8.17.0000)**COMARCA:****OLINDA****VARA:****1ª VARA CRIMINAL****IMPETRANTE:****ISRAEL LUIZ DE SOUZA SOBRINHO****PACIENTE:****MICHAEL DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS****ÓRGÃO JULGADOR:****SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL****RELATOR:****DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA****RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO****PROCURADORA:****JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA**

RELATÓRIO

Trata-se de impetração de *habeas corpus* liberatório impetrado pelo Bel. Israel Luiz de Souza Sobrinho, em favor de **Michael Douglas Rodrigues dos Santos**, qualificado à fl. 02 dos autos. Aponta como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda - PE.

Noticia o impetrante que o paciente foi preso e autuado em flagrante delito em data de 25 de março de 2014, pela suposta prática do crime tipificado no artigo 157, §2º, incisos I, II e V, do Código Penal.

Alega que a prisão do paciente somente foi convertida em preventiva em data de 16 de abril de 2014, ou seja, vinte e três dias após o suposto flagrante, o que se configura o constrangimento ilegal.

Alega, em síntese: "A prisão do paciente é ilegal desde as 24 horas após sua prisão, uma vez que o juízo, não convertendo a prisão do acusado em preventiva; que não houve fundamentação quando negado o Relaxamento e não houve Revogação da Prisão Preventiva e Liberdade provisória do acusado, que o paciente é primário e de bons antecedentes, que não existem provas capazes de sustentar a manutenção da prisão, e que, o fato de o paciente estar em liberdade não vai prejudicar ou tumultuar o andamento do feito." (fl.08)

Ao final, requer seja conhecido e acolhido o presente *habeas corpus*, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente.



75

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Acostou aos autos o documento de fls. 10/35.

Registrado, autuado e distribuído, vieram estes autos conclusos ao Des. Antônio Carlos Alves da Silva em data de 29/04/2014, e não havendo pleito liminar, foram solicitadas informações a suposta autoridade impetrada. fls. 42/43.

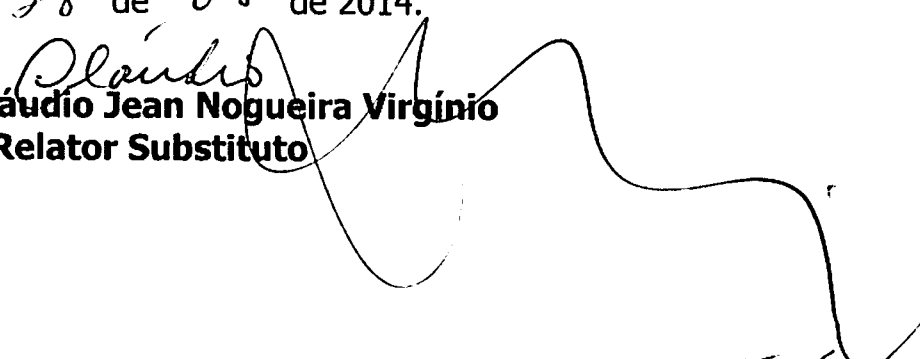
Em ofício de fl. 51, o juízo do feito prestou as informações, momento em que juntou cópia da denúncia (fls. 52/58); decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva (fls.59/61).

A douta Procuradoria de Justiça ofertou parecer opinando pela denegação da ordem (fls. 65/69).

É o relatório.

Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o desde já a julgamento.

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto



76

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

HABEAS CORPUS Nº 333970-4 (0004481-18.2014.8.17.0000)

COMARCA: OLINDA
VARA: 1ª VARA CRIMINAL
IMPETRANTE: ISRAEL LUIZ DE SOUZA SOBRINHO
PACIENTE: MICHAEL DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS
ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. ANTONIO CARLOS ALVES DA SILVA
RELATOR SUBSTITUTO: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA

VOTO - MÉRITO

O impetrante pretende obter a concessão da ordem em favor do paciente, sob o argumento de que a prisão em flagrante somente foi convertida em preventiva 23(vinte e três) dias após; que não houve fundamentação na decisão que negou o relaxamento da prisão do acusado; que não restou concedida liberdade provisória do acusado, mesmo sendo este primário, com bons antecedentes; que não existem provas a sustentar a manutenção da prisão e por último; que a liberdade do paciente não irá prejudicar o trâmite processual.

No referente a conversão da prisão do paciente fora do prazo, não há ilegalidade a ser sanada, tendo em vista que houve a conversão, momento em que o juízo *a quo* indeferiu o pedido de relaxamento da prisão, consoante consta das informações constantes do ofício de fl. 51 dos autos: "Esclareço a Vossa Excelência que o Paciente foi preso em flagrante delito, juntamente com Renilson da Silva Santos e Thiago Henrique da Silva Braz, sob a importação do crime extraído do art. 157, §2º, I, II e V, do CP. Antes da apreciação do flagrante, o advogado do Paciente atravessou pedido de relaxamento de prisão, amparando-se no excesso de prazo. Em análise do auto flagrancial, este Juízo converteu a prisão em flagrante do Paciente em preventiva, amparando-se no que se extrai do art. 312, do CPP, ocasião em que indeferiu o retromencionado pedido defensivo."

Quanto a ausência de fundamentação na decisão que indeferiu o pedido de relaxamento da prisão, melhor sorte não merece o impetrante.



77

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

É que, consoante se observa na decisão de fls. 59/60, os motivos elencados a ensejar a conversão da prisão, foram os mesmos que serviram para impedir o deferimento do relaxamento, conforme abaixo se pode observar:

“O flagrante está formalmente em ordem, por observância dos requisitos legais.

A prova da materialidade e indícios de autoria para fins de manutenção da prisão em flagrante, no presente momento, exsurtem nos autos através dos depoimentos dos policiais, da vítima e da confissão dos indiciados à autoridade policial.

O “periculum libertatis” também resta patente, em vista do delito ser grave, responsável por indiscutíveis perturbações à ordem pública considerando sua grande incidência nessa comarca, o que gera constante estado de temor e insegurança no meio social.

Importa ressaltar: em liberdade, os indiciados trariam inconvenientes à instrução criminal, ao influenciar, de modo negativo, ao ânimo da vítima dificultando a correta apuração do delito, em especial sua autoria.

Além disso, os delitos imputados aos autuados é doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima de 10(dez) anos.

Ainda, segundo o que consta dos autos, verifica-se que o indiciado MICHAEL DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS já foi preso anteriormente em data de 11/08/2013, sendo o THIAGO HENRIQUE DA SILVA BRAZ, primário, conforme consta nos assentamentos carcerários de fls. 13 e 14, respectivamente.

Nesse passo, a custódia dos indiciados é de interesse coletivo e da Justiça Criminal, que prevalecem às suas condições pessoais, sendo assim, estão presentes, no caso em tela, os requisitos constantes no art. 312 do CPP, inviabilizando a concessão da liberdade provisória ou a substituição por outra medida cautelar diversa da prisão, previstas no art. 319, com nova redação dada pela Lei nº 12.403/11.

Isto posto, **CONVERTO AS PRISÕES EM FLAGRANTE DELITO DOS INDICIADOS THIAGO HENRIQUE DA SILVA BRAZ e MICHAEL DOUGLAS RODRIGUES DOS SANTOS, EM PREVENTIVA**, nos termos do art. 312 do CPP, para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.

Considerando o acima exposto, **indefiro o pleito de relaxamento de prisão contido nos autos**. Intime-se.”

Para justificar a prisão cautelar, além da prova da existência do crime e de indícios suficientes de autoria, deve ser a medida necessária para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Considerando as circunstâncias do crime, notadamente por ser



78

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

delito praticado com emprego de violência ou grave ameaça contra pessoa e punidos com pena de reclusão, há que se reconhecer cabível a prisão, não se tornando possível a aplicação de outras medidas cautelares não prisionais previstas na Lei nº 12.403/11.

Com tais considerações, é mister salientar que o argumento de ausência de motivos ensejadores da prisão preventiva não merece prosperar, tendo em vista que a prisão do paciente está pautada no que determina a norma processual penal.

Da leitura dos autos verifica-se que não há qualquer ilegalidade a ser sanada na decretação da prisão preventiva do paciente. Isso porque, estão claras as razões que tornam indispensável o encarceramento preventivo do réu.

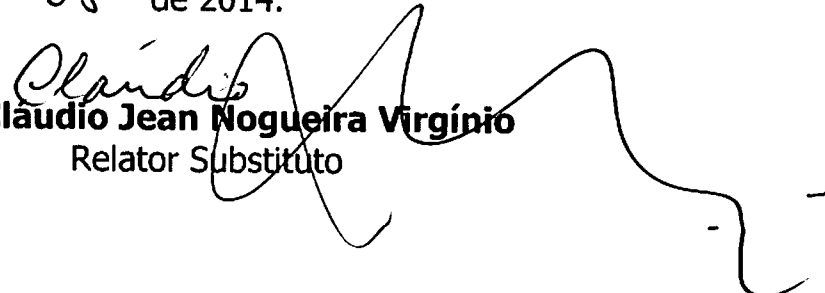
Presentes, portanto, o *periculum libertatis* e o *fumus commissi delicti*, a prisão cautelar do denunciado deve ser mantida, não havendo que se falar em aplicação de medida diversa, ante os fatos acima expendidos.

Apesar da alegação de ser o acusado possuidor de condições pessoais favoráveis, vez que primário, com bons antecedentes, necessário se faz ressaltar ser entendimento já pacificado pelas Cortes Superiores e por este E. Tribunal, Súmula nº86 do TJPE, as condições subjetivas favoráveis ao paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, não obstam a decretação da prisão provisória, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção.

Diante do exposto, em que pese o que foi alegado na inicial deste writ, não verifico constrangimento ilegal a ser sanado.

Desta feita, contrariando o parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de 05 de 2014.


Des. **Cláudio Jean Nogueira Virginio**
Relator Substituto